

Discursos coloniais sobre gênero e sexualidade em enunciados da extrema-direita brasileira

Colonial discourses about gender and sexuality in Brazilian far-right utterances

Lucas Santos de Assis ¹

Danillo da Conceição Pereira Silva ²

RESUMO

Este artigo explora relações discursivas entre a produção localizada de enunciados e processos de solidificação de discursos cis-heteronormativos, constitutivos dos repertórios políticos da extrema-direita brasileira. Seguindo uma concepção performativa de linguagem, de gênero e de sexualidade, aliada aos estudos decoloniais, nossas análises apontam para os efeitos de patologização de sexualidades não-heterossexuais, tomadas sob o signo da anormalidade e do desvio da natureza humana. Assim, são retomadas lógicas de classificação racial de gênero e de sexualidades desviantes no discurso da extrema-direita brasileira, o que se dá pela afirmação da matriz subjetiva moderno-colonial, na qual essas dimensões da vida social são tidas como estáveis, binárias e pré-discursivas. Em linhas gerais, o trabalho aponta o papel do discurso, materializado nos enunciados de diferentes práticas sociais, na cristalização de concepções coloniais de gênero e de sexualidade validadas no discurso da extrema-direita brasileira.

Palavras-chave: Discursos de gênero e sexualidade. Colonialidade. Extrema-direita.

ABSTRACT

This article explores the discursive relationships between the localized production of utterances and the processes of solidification of cisheteronormative discourses, which constitute the political repertoires of the Brazilian extreme right. Following a performative conception of language, gender and sexuality, combined with decolonial studies, our analyses point to the effects of the pathologization of non-heterosexual sexualities, which are taken under the sign of abnormality and deviation from human nature. Thus, the logics of racial classification of gender and deviant sexualities are resumed in the discourse of the Brazilian extreme right, which occurs through the affirmation of the modern-colonial subjective matrix, in which these dimensions of social life are considered stable, binary and prediscursive. In general terms, this research points out the role of discourse, materialized in the utterances of different social practices, in the crystallization of colonial conceptions of gender and sexuality validated in the Brazilian far-right discourse.

Keywords: Gender and sexuality discourses. Coloniality. Far-right.

¹ Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió/AL, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9477-5461>. E-mail: lucasassis3333@gmail.com

² Doutor em Letras/Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Arapiraca/AL, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5879-5999>. E-mail: danillo.siva@ifal.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Na política internacional, a última década foi marcada pela efervescência de movimentos de extrema-direita, os quais chegaram a altos patamares do poder político em alguns países, a exemplo da Polônia, dos Estados Unidos da América e do Brasil. Esses movimentos, dentre outras pautas, incentivaram e/ou promoveram a execução de políticas públicas contrárias aos direitos humanos, conquistados por meio da atuação política de grupos historicamente marginalizados. Desse modo, diversos direitos de minorias sexuais e de gênero, povos indígenas, pessoas negras e mulheres foram amplamente ameaçados (Boito-Júnior, 2021; Silva, 2022).

Boa parte desse trabalho se deu graças a uma intensa disseminação de discursos de ódio e de notícias falsas destinadas à produção de antagonismos sociais, o qual contou com as plataformas digitais como seus meio privilegiados de propagação, tal como destaca o trabalho de Daniel Silva (2020). Diferentes pesquisas demonstram que boa parte desses conteúdos, mobilizados com fins político-eleitorais bem definidos, atacavam temas relacionados à esfera da sexualidade (Silva, 2020; Miskolci; Campana, 2017). Esses temas estiveram na base de *pânicos morais* que foram decisivos para os rumos da democracia no Brasil, ao menos desde as duas últimas décadas. Em outras palavras, os discursos da extrema-direita sobre a sexualidade atuaram de forma intensa para a construção da ameaça democrática brasileira (Silva, 2022).

Nesse cenário, os discursos assumem papel relevante, especificamente quando considerados como parte constitutiva das disputas de poder, das lógicas de produção de quadros normativos, cultural e historicamente situados, e da produção performativa de subjetividades (Foucault, 2021; Butler, 2022). Nessa perspectiva, o êxito eleitoral e cultural de partidos políticos e de plataformas sociais, notadamente de extrema-direita, carecem também de uma explicação discursiva. Parte dos efeitos desse fenômeno está ligada à circulação intensa de enunciados que projetam a naturalização de marcos sociais pautados na subalternização e na dominação de grupos historicamente marginalizados.

Longe de parecer uma dinâmica política radicalmente nova, como alguns analistas pareciam supor na gênese da ascensão bolsonarista, a emergência da extrema-direita no Brasil se dá pelo reavivamento e a visibilização de lógicas simbólicas e materiais de longa duração em nossa história de violências. Essa percepção nos transporta para o momento de colonização das terras atualmente nomeadas como Américas, ou seja, para os processos de genocídio dos povos originários, o sequestro, o tráfico, a comercialização, a tortura e o assassinio dos povos africanos escravizados como mão-de-obra forçada nas então colônias europeias (Quijano, 1999; Teixeira, 2021).

Isso porque, apesar de sua intensa naturalização, o surgimento desses cenários de exploração é dependente dos efeitos de complexos sistemas de categorização horizontal e vertical de formas de vida que se estendem para todo o mundo (Quijano, 1999), os quais constituíram a base ontológica dos processos de inferiorização colonial. O núcleo mais básico dessa categorização consiste na inferiorização dos povos originários das Américas e dos povos de África através de fatores ontológicos e políticos que os classificavam como primitivos, inferiores e, no limite, destituídos de humanidade. Ou seja, indefinidamente abertos às mais brutais formas de violência dada sua condição.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é explorar relações discursivas entre a produção localizada de enunciados e os processos de solidificação de discursos cis-heteronormativos, constitutivos dos repertórios políticos da extrema-direita brasileira. Para

tanto, adotamos uma metodologia de cunho qualitativo e interpretativista em Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 1994; Moita Lopes; Fabrício, 2019). Do ponto de vista teórico, em linhas gerais, foram mobilizadas noções sobre a performatividade do discurso, do gênero e da sexualidade, conforme os trabalhos de Foucault (2021) e Butler (2022), enquadradas criticamente pelas perspectivas dos estudos decoloniais, amparados em Quijano (1999), Lugones (2014, 2020) e Mignolo (2021).

No que tange à sua organização, este artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentamos uma breve revisão de como as invenções de gênero e de sexualidade serviram ao controle dos corpos na história do Ocidente. Na segunda, discutimos como essas *categorias inventadas* foram constitutivas dos empreendimentos racistas de dominação colonial e seus efeitos de longa duração. Na terceira, situamos o discurso e a produção de enunciados como elementos importantes nos processos de reprodução de perspectivas coloniais sobre gênero e sexualidade. Na quarta e última seção, exploramos analiticamente três enunciados da extrema-direita brasileira amplamente midiáticos, o que nos permite argumentar sobre o modo como discursos atuam na manutenção da colonialidade do gênero e da sexualidade e, mais além, como essa operação de poder se constitui como parte decisiva da atuação discursiva desse espectro político.

2 INVENÇÕES E REGULAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE

Michel Foucault, em *História da Sexualidade: a vontade de saber* (2021), discorre sobre como a sexualidade passa a ser incitada, a ser manifestada nas sociedades modernas. Todavia, ao afirmar tal premissa sobre “revelar a sexualidade”, podemos notar um contrastante com a circunstância de que a sexualidade foi/é um dos fatores que mais sofre/sofreu reprimenda na história. Na verdade, Foucault (2021) chama a atenção para a questão da *vontade de saber*, por parte das instituições de poder, especialmente ao citar como exemplo a Igreja Cristã, sobre a sexualidade de cada um, ou seja, por meio da confissão dos pecados que essa instituição implementa diretrizes de controle da sexualidade.

Com o Concílio de Latrão (1215), os atos das confissões cristãs são aperfeiçoados. E, como sabido, a fé cristã instaurou séries de confissões a seus fiéis ao longo da história, pois, desde a Idade Média, nas sociedades ocidentais, a confissão é considerada como um dos “rituais mais importantes de que se espera a produção da verdade” (Foucault, 2021, p. 65). Dessa maneira, as confissões relegam a jurisprudência da sociedade aos poderes da religião, uma vez que julgavam os atos dos sujeitos por meio dessas confissões, consideradas como um ato de vergonha e humilhação pelo qual o indivíduo conseguiria redimir seus pecados (Foucault, 2021).

O controle da sexualidade fica à mercê dos dogmas religiosos que passam a disseminar uma *sexualidade voltada ao divino* e à reprodução da espécie humana, valendo-se da incrementação de interditos (Bataille, 2017) reguladores da atividade sexual. Isto é, com quem, quando e quais as práticas sexuais consideradas abençoadas por deus e, em última análise, saudáveis e normais. Assim, há a naturalização da relação heterossexual como a única desejada por deus, uma vez que condenam as práticas sexuais divergentes do padrão heteronormativo ao pecado, ao mal, à anormalidade, à doença e ao desvio da natureza humana.

Segundo Foucault (2021), até o século XVII, a sexualidade era um tema debatido abertamente na sociedade ocidental. Entrementes, a partir do Período Vitoriano, no século XIX, é deslocada para o encarceramento e o domínio do lar burguês. A família burguesa passa a impor o senso reprodutivo e normativo da sexualidade, já que reivindica para si os direitos de normatividade e considera anormais as demais formas de sexualidade divergentes (Foucault, 2021). Nessa tentativa de padronização e/ou normatização do sexo, direcionado unicamente à reprodução humana, a sociedade burguesa acaba por ramificar a pluralidade sexual, conforme explora Foucault (2021, p. 110):

Os discursos, como silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também a mina, expõe, debilita e permite barrá-lo.

Os dizeres acima evidenciam como os discursos de regulamentação, de vigilância e de controle da sexualidade atuaram na ramificação das sexualidades divergentes da heterossexual, em que passaram a ocupar espaços nas discussões, como a "homossexualidade", "a sexualidade dos loucos" e das "crianças". Os discursos, ao produzirem a naturalização de uma determinada concepção de sexualidade, mostraram um duplo ponto de funcionamento (Foucault, 2021), como uma faca de dois gumes, em que os atos considerados impuros e pecaminosos encontravam seus meios de subversão com relação ao sistema de poder instituído.

Os discursos construídos pelo âmbito religioso acerca da sexualidade foram tomados por outras esferas de poder da sociedade e tiveram sua origem propriamente religiosa subsumida. No discurso clínico, houve o deslocamento do sexo como culpa e pecado para uma verdade medicinal (Foucault, 2021), para os modelos de uma "sexualidade saudável" e, por isso, desejável e aceitável, em detrimento das ditas "sexualidades patológicas". Ao levar a cabo o problema da naturalização de padrões histórica e culturalmente inventados na analítica da sexualidade e de sua fabricação discursiva, Judith Butler (2022), leitora de Michel Foucault, propõe um dispositivo que nomeia como *performatividade de gênero*.

Em outras palavras, a reprodução cultural dos comportamentos sociais naturalizados de cada gênero, encarados como distintos e opostos, se dá por meio de processos complexos de repetição, ou recitação de normas, implicadas em jogos de poder e em tramas psíquicas que obtêm seu sucesso ao apagar seu caráter histórico e contingente. Ou ainda, nas palavras da própria Butler (2022, p. 30 - 31):

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal.

Butler (2022) põe em questão a categorização de gênero construída por meio da naturalização da binaridade, *homem X mulher*, ao apontar seus limites discursivos e culturais. Tal questão merece particular atenção quando nos propomos a uma analítica discursiva do gênero e da sexualidade em territórios simbólica, material e subjetivamente erigidos em processos de dominação colonial, a exemplo do Brasil. Certamente, a classificação e a hierarquização raciais em jogo nas condições epistemológicas,

ontológicas e políticas da nossa cultura, e dos nossos discursos, conferem particular configuração à nossa história da sexualidade ou às configurações do dispositivo da performatividade de gênero neste território.

3 DISCURSOS COLONIAIS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

O perfil do homem branco, caucasiano e cisheterossexual se estabeleceu como a identidade social padrão por muito tempo (Hall, 2022; Quijano, 1999), e seus efeitos são sentidos até hoje, mesmo com o avanço de estudos sobre identidade, gênero, sexualidade, cultura e decolonialidade que objetivam a reconstrução desse perfil normativo. Lugones (2020) mostra que, a fim de tornar essa identidade hegemônica, os processos colonizatórios basearam-se em processos de racialização. Ou seja, em modos de categorização racial que classificaram as populações originárias das terras colonizadas como não-humanos e, por isso, inferiores intelectual, física, cultural, linguística e espiritualmente.

Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do mundo. Desde então, tem atravessado todas e cada uma das áreas da vida social, tornando-se, assim, a forma mais efetiva de dominação social, tanto material como intersubjetiva. Desse modo, 'colonialidade' não se refere apenas à classificação racial (Lugones, 2020, p. 55-56, grifos da autora).

Além da classificação racial perpetrada pelo processo de colonização, a autora discute e desenvolve o pensamento de Quijano (1999) sobre colonialidade do poder³, do ser⁴ e do saber⁵, no sentido de ampliar essa concepção para além do senso categórico de raças, introduzindo a noção de *colonialidade de gênero*. Como isso, entra em jogo na hierarquização racial a imposição da binaridade de gêneros (*homem X mulher*), que classificava a *mulher* como passiva e subalterna aos mandos do *homem*, servindo, exclusivamente, "como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual" (Lugones, 2014, p. 936).

O conceito *mulher* destinava-se àquelas pertencentes aos grupos colonizadores, uma vez que "as fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres 'sem gênero', marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade" (Lugones, 2020, p. 72, grifos da autora). A gestão das atribuições de gênero como parte da gestão racial no processo colonizatório era complexo e multifacetado. Se as negras escravizadas e as indígenas eram compreendidas como animais, destituídas da categoria *mulher*, ou seja, sem gênero para o trabalho da mão de obra escravizada, eram, por isso, destinadas às mesmas tarefas que seus companheiros. Entretanto, para as punições e os castigos físicos a elas infligidos, passavam a gozar de uma espécie de gênero *punitivo*, isso porque eram, então, vistas como *mulheres* e, conseqüentemente, castigadas com expedientes patriarcalmente generificados, a exemplo do estupro.

³ A Colonialidade do poder "se funda em duas questões basilares: não apenas denuncia as formas coloniais de dominação após o extermínio das colônias nas nossas formas de entender o mundo e nos relacionarmos nele, mas, principalmente, contemporiza a continuidade desses processos hegemônicos que pareciam ter sido superados ou resolvidos pela modernidade" (Moreira-Júnior; Ifa, 2022, p. 258).

⁴ Colonialidade do ser corresponde às formas de existência humana, divergentes da fisionomia humana eurocêntrica, que foram impedidas de ocupar espaços de destaque na sociedade.

⁵ Colonialidade do saber diz respeito aos saberes e as formas de construir conhecimentos inferiorizados em decorrência das correntes epistemológicas dos grupos colonizadores.

Diversas comunidades de nativos-americanos eram matriarcais (Lugones, 2020). O sujeito feminino exercia papel de destaque em suas comunidades, como líderes natas. Essas comunidades reconheciam “positivamente tanto a homossexualidade como o ‘terceiro’ gênero, e entendiam o gênero em termos igualitários – não nos termos de subordinação que foram, depois, impostos pelo capitalismo eurocêntrico” (Lugones, 2020, p. 62, grifos da autora). Lugones (2020), baseada em referenciais antropológicos, discorre ainda acerca dos modos pelos quais o sistema ontológico do colonizador, baseado na categorização hierarquizante e no binarismo, foi paulatinamente incorporado pelos homens dos povos originários. Com isso, eles passam a inferiorizar as mulheres indígenas e a impedi-las de exercerem “papéis de liderança e de propriedade sobre a terra” (Lugones, 2020), antes comuns. Além disso, essas influências se estendem ao governo das sexualidades, uma vez que tomam aquelas práticas sexuais que não objetivavam exclusivamente à procriação como inaceitáveis ou reprováveis. Com isso, práticas sexuais divergentes das heterossexuais e reprodutivas passam, então, a ser estigmatizadas e punidas.

Essas concepções são parte das tecnologias sexuais e de gênero (Lauretis, 1994) da dominação colonial, as quais submetem subjetividades e modos de vida dos povos colonizados aos ditames dos seus próprios sistemas normativos. Essas tecnologias, além de produzir um viés patriarcal de gênero ao controlar os corpos das mulheres, impondo o sexo como mera prática reprodutiva e restrita a casal heterossexual, produz também efeitos de sexualidade, ao definir o sexo heterossexual como única modalidade possível de uso dos corpos nas práticas sexuais

Em *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2018), Silvério Trevisan nos traz relatos do alemão Karl Von den Steinen que, ao viajar pelo Brasil Central em 1984, reportou que os indígenas da aldeia Bororó se relacionavam sexualmente entre si e exerciam trabalhos extremamente delicados, comumente atribuídos às mãos femininas. Nessa mesma obra, o autor ainda revela os registros do padre Pero Magalhães de Gândavo, no ano de 1576, em que o religioso testemunhou que mulheres indígenas Tupinambá exerciam práticas hoje classificadas como homoafetivas. E ele descreve:

Algumas índias se acham nestas partes que juram e prometem castidade e assim não casam nem conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem; estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem mulheres, e cortam seus cabelos da mesma maneira que os machos trazem, e vão à guerra com seu arco e flechas e à caça: enfim que andam sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve e que lhe faz de comer como se fossem casadas (Gândavo, 1576 *apud* Trevisan, 2018, p. 57).

A imposição das matrizes subjetivas que serviam para classificar os gêneros e sexualidades dos povos originários, segundo os modelos eurocêntricos, firmaram-se quando aspectos culturais de povos nativos foram demonizados pelos colonizadores. Assim, a dominação de gênero e sexualidade integram as práticas de domínio e de supremacismo dos povos europeus em seu empreendimento colonizatório. Como destaca Trevisan (2018, p. 120), no momento histórico da invasão colonial, as sociedades europeias vivem o ápice de suas políticas violentas de controle das sexualidades não-heterossexuais, as quais foram incorporadas nos modos de dominação dos europeus nas então chamadas Américas.

Na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII, não apenas Espanha, Portugal, França e Itália, católicas, mas também Inglaterra, Suíça e Holanda, protestantes, puniam com severidade a sodomia. Seus praticantes eram condenados a punições capazes de desafiar as imaginações mais sádicas, variando historicamente desde multas, prisão, confisco de bens, banimento da cidade ou do país, trabalho forçado (nas galés ou não), passando por marca com ferro em brasa, execração e açoite público até a castração, amputação das orelhas, morte na forca, morte por fogueira, empalamento e afogamento (Trevisan, 2018, p. 120).

Como o trecho mostra, para além da posição de pária da sociedade, aquelas pessoas identificadas como praticantes de sexualidades divergentes da heterossexual eram comumente associadas à condição de patologia, de declínio da condição humana, a qual era centrada numa moral de gênero binária. Então, os ditos *atentados à moral* e aos *bons costumes* eram mais que infrações a normas sociais vigentes, eram encaradas como manifestações execráveis e repugnantes de desvio da *natureza humana*. As punições extremas, dotadas de caráter disciplinar, como destacado no relato de Trevisan (2018), apontam para esse fato.

4 A PRODUÇÃO DE ENUNCIADOS COMO MECANISMO DE NATURALIZAÇÃO DA COLONIALIDADE DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE

A exploração humana e dos recursos naturais das colônias reverberam até os dias atuais por meio da colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 1999), a exemplo das consequências dos modos de vida capitalista, continuação histórica da lógica colonial. A escravização dos povos originários e daqueles sequestrados de África são o feito mais extremo da colonização, o qual vitimou milhões de pessoas ao longo dos séculos, apesar de suas inúmeras práticas de resistência, revolta e insubordinação ao poder colonial. Mesmo após conquistarem a independência formal, devido ao longo período de imposição, os valores eurocêntricos ainda estão fortemente enraizados nos territórios colonizados, constituindo as malhas intersubjetivas nas quais nossas identidades são construídas. A revelia desse caráter ubíquo das sequelas coloniais, grupos sociais hegemônicos e politizados em torno de suas identidades altamente coloniais, a exemplo de homens brancos engajados em racismos masculinistas e cis-heteronormativos, trabalham arduamente para manter a naturalização das configurações sociais coloniais.

Nessa arena de disputas, o discurso, visto não apenas como mero elemento formal ou estrito sistema linguístico, cumpre um papel central, uma vez que está inserido num conjunto de regras de existência e suas correlações de forças. Como destaca (Foucault, 1986 p. 56):

Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime de objetos (...) consiste em não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que se remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse 'mais' que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 1986 p. 56).

Nessa compreensão de discurso, os enunciados ganham especial relevância, pois é a partir deles que os discursos se presentificam nas práticas sociais, se tornam presentes no aqui-e-agora das enunciações, como um tipo de materialidade de signos produtiva (Machado, 2006), embora não restrita a ela mesma. Conforme discute Foucault (2008, p. 112), "não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente", isso porque qualquer enunciado faz "parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um

papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo" (Foucault, 2008, p. 112).

Em outras palavras, enunciados, enquanto manifestações concretas dos discursos, estão imbricados na produção dos objetos que parecem apenas descrever e, assim, estão conectados a uma série de outros dizeres historicizáveis, os quais lhes conferem força e significado numa dada formação discursiva e histórica. Discursos, e suas manifestações em enunciados, atuam na produção operativa, política e posicionada, daquilo que comumente chamamos de *verdade* ou de *realidade*, sob uma aparente crença na objetividade desses entes.

Nesse sentido, discursos de naturalização de padrões sociais circulam sob diferentes formas de enunciados, sob as mais distintas configurações semióticas, e chegam aos sujeitos sob diferentes condições. Nesse sentido, podemos assumir que os discursos são performativos (Butler, 2021), na medida em que não meramente se reduzem a formulações lógicas de um sistema linguístico, nem mesmo a produções mentais que refletem especularmente um estado de coisas interno ou externo. Ao invés disso, o discurso é performativo, pois age no sentido de produzir, no interior de normas sociais rígidas, "a própria ação que comunica" (Butler, 2021, p. 124).

Nesse sentido, como discutem Rogério Borges e Glenda Melo (2019, p. 5), ao analisarem os efeitos do discurso na vida social:

É pelo discurso que construímos as práticas sociais, legitimamos certas vidas, deslegitimamos outras, elegemos ou contestamos certas naturalizações da posição/colocação social de alguns corpos e de saberes hegemônicos, legitimamos certas existências de umas pessoas em detrimento às existências de outras.

Como contexto mais radical dos enunciados, nos territórios frutos da experiência colonial, é perceptível o emergir de enunciados que performam ações que se remetem a, e atualizam, sistemas normatizadores impostos pelo processo colonial, sejam eles valores sociais, crenças religiosas, modos de vida, vivências do gênero, formas de gestão do corpo, das sexualidades, das práticas reprodutivas e afins. Nesses contextos, a análise da linguagem, pensada no sentido do discurso e de suas manifestações em enunciados, torna-se um liame privilegiado para pensar de que modo formações sociais históricas, e suas normatividades, atualizam-se no aqui-agora das relações sociais. Ou, ainda, como e sob quais condições "hierarquias raciais são um ponto fundamental para pensar a colonialidade, que subalterniza e exerce controle sobre corpos e línguas, e tais hierarquias podem ser analisadas ao observar interseccionalidades entre categorias de diferença e língua(gem)" (Batista, 2021, p. 84).

5 O DISCURSO DA EXTREMA-DIREITA SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE: PÁTICAS DE ANÁLISE DE ENUNCIADOS

Este estudo seguirá os postulados da pesquisa qualitativa (Prodanov; Freitas, 2013), tendo como material empírico produções de linguagem, com o objetivo de investigar o modo como os significados culturais são neles produzidos. Essa perspectiva metodológica se afina com a ideia de que "os múltiplos significados que constituem a realidade só são passíveis na interpretação", como afirma Moita Lopes (1994, p. 322), ao discutir as especificidades da pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada.

Nesse sentido, ao invés de buscar uma *distância crítica* do objeto analisado, tal qual afirmam visões positivistas e cartesianas de ciência, nossa produção do conhecimento demanda uma *proximidade crítica* das questões e construções de linguagem as quais analisamos (Moita Lopes; Fabrício, 2019). Isso se deve ao fato de que a separação entre *sujeito-pesquisador* e *objeto-pesquisado* pertence a um paradigma de produção do conhecimento que nega “o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”, tal como sugere Prodanov e Freitas (2013, p. 70).

A história dos dados (Blommaert, 2005) que nos levou a constituição do material de análise deste artigo é fruto da observação analítica de uma crescente (re)emergência midiaticizada de discursos que enquadravam sexualidades e gêneros não cisheterossexuais enquanto patológicas. Embora a associação entre sexualidades e gêneros não normativos e patologias não seja uma novidade na história dos discursos do Ocidente, sua saliência naquele momento político, marcado pela aproximação das eleições presidenciais brasileiras de 2018 e anos seguintes, nos chamaram a atenção.

Boa parte dos enunciados que projetavam esses significados, além de sua circulação *online*, tinham em comum o fato de serem produzidos por sujeitos públicos engajados com o espectro político da extrema-direita brasileira, o qual naquele momento histórico ocupava o mais alto posto da política institucional, na figura do então presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2019, e tinha representações expressivas nas Casas Legislativas. Apesar das múltiplas facetas que tal posição política pode apresentar, incluídas o armamentismo, a apologia à violência policial, ao racismo, à criminalização da pobreza, à recusa às políticas de redistribuição de renda, a extrema-direita brasileira se caracteriza pela antagonização aos movimentos sociais, com especial foco nos movimentos feministas e nas lutas políticas das dissidências sexuais e de gênero (Alves Cepêda, 2018).

Foi em meio a esse cenário que construímos o material de análise deste artigo. Ele corresponde a três enunciados que ganharam difusão viral em diferentes sites de redes sociais, em 2022, e nos quais agentes políticos da extrema-direita enquadravam sexualidades não-heterossexuais a partir de perspectivas violentas e patologizantes. O primeiro dos enunciados analisados, consiste em um discurso do então presidente Jair Bolsonaro, veiculado no portal de notícias *Revista Fórum*; o segundo, diz respeito à fala do influente *youtuber* Marcelo Frazão, difundido na plataforma jornalística *Metrópoles*; e o terceiro trata-se do discurso do deputado bolsonarista Rodrigo Amorim (PTB/RJ), repercutido pelo site de informações *O Dia*. A escolha desses enunciados para análise se deu por meio do rastreamento de suas materialidades por diferentes plataformas digitais, segundo *links* que sugeriram à medida em que acompanhávamos suas circulações (Boaventura, 2018).

O primeiro enunciado, proferido pelo ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, emergiu no contexto de uma entrevista ao *Flow Podcast*⁶, veículo de grande popularidade entre apoiadores da extrema-direita. Na ocasião, o apresentador Igor Coelho e o entrevistado debatiam a questão da vacinação contra a chamada *varíola dos macacos* (*monkeypox*), acionando um tópico importante à saúde pública nacional e bastante sensível ao posicionamento antivacina quase hegemônico da extrema-direita. Vejamos a transcrição do referido trecho:

⁶ Bolsonaro será denunciado no MP por associar varíola dos macacos aos homossexuais. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/lgbt/2022/8/9/bolsonaro-sera-denunciado-no-mp-por-associar-variola-dos-macacos-aos-homossexuais-121429.html>. Acesso: 01 fev. 2024.

Excerto 01

Jair Bolsonaro: *Daqui a pouco tem a varíola do macaco. Você vai tomar a vacina também? E se for impositiva?*

Igor Coelho: *Porra, se vier a vacina da varíola do macaco, eu vou tomar presidente.*

Jair Bolsonaro: *Tenho certeza que vai tomar. (risos) Tu não me engana! [sic.]*

Bolsonaro indaga o apresentador do Flow Podcast, Igor Coelho, se ele tomaria a vacina contra a varíola. Ao afirmar que sim, o ex-presidente, em tom cômico, diz: “Tenho certeza de que vai tomar. (risos) Tu não me engana.”. Na fala em destaque, recorrendo ao estilo de humor repleto de ambiguidades, típico do discurso de Bolsonaro, ele ambigua a orientação sexual do apresentador diante de sua resposta sobre a vacinação. Essa ambiguidade visa a supor que o apresentador vivenciaria práticas não-heterossexuais, o que justificaria, então, sua decisão de se vacinar.

Embora a referida doença estivesse atingindo um número significativo de pessoas no Brasil e em todo o mundo, chamando a atenção da Organização Mundial de Saúde (OMS), rapidamente a epidemia da *varíola dos macacos* foi associada a práticas sexuais homoafetivas⁷. Essa estratégia foi efeito de uma intensa circulação de discursos que buscavam culpabilizar pessoas dissidentes de gênero e de sexualidade por mais uma emergência sanitária, recuperando, ainda, toda a memória do horror e da morbidade vivenciados durante a pandemia de Covid-19.

Esses discursos de associação entre a epidemia e a sexualidade ganhou força inclusive em discursos altamente legitimados, quando, por exemplo, o diretor da OMS veio a público aconselhar que “homens que fazem sexo com outros homens diminuíssem o número de parceiros”⁸. Rapidamente, muitos perfis de compartilhamento de *Fake News* distorceram a fala do diretor da OMS, espalhando mensagens que afirmavam que pessoas sexualmente homoafetivas deveriam ser isoladas para conter o avanço da doença.

Mesmo que a *varíola dos macacos* tenha contaminado um número significativo de homens não-heterossexuais, segundo dados divulgados pela CNN⁹, não era uma doença que teve sua origem e propagação exclusiva na comunidade LGBTQIA+, pois atingiu e se disseminou de forma homogênea na população, sendo, para isso, irrelevante o fator da orientação sexual. Desse modo, vemos como o enunciado mobilizado pelo ex-presidente, na situação analisada, opera uma reprodução de ideologias coloniais no que tange à sexualidade, o que tanto perpetua a padronização heteronormativa imposta na sociedade, quanto associa as relações não compatíveis com essa normatividade à patologia, ou seja, a algo que deveria ser neutralizado ou curado (vacinado) em nome da segurança e da saúde da população. É nesse sentido que Teixeira (2021, p. 29), destaca que “os colonizadores se beneficiam da destruição dos outros sujeitos a fim de retroalimentar suas posições políticas. Assim, a normatividade é construída de forma análoga ao seu corpo, seu afeto e sua – friso, sua - percepção de mundo”.

Essa perspectiva patologizante sobre sexualidades não-heterossexuais, a qual encontra sua origem normativa nos ditames coloniais sobre a sexualidade, funcionam,

⁷ Varíola dos macacos: entidades criticam estigma a homossexuais. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/variola-dos-macacos-entidades-criticam-estigma-a-homossexuais/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

⁸ Varíola dos macacos: OMS pede redução dos parceiros sexuais homoafetivos. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/07/27/interna_internacional,1382931/variola-dos-macacos-oms-pede-reducao-dos-parceiros-sexuais-homoafetivos.shtml. Acesso em: 06 nov. 2023.

⁹ Entenda por que a varíola dos macacos tem afetado principalmente homossexuais e bissexuais. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/entenda-por-que-a-variola-dos-macacos-tem-afetado-principalmente-homossexuais-e-bissexuais>. Acesso em: 04 abr. 2023.

ainda, por meio da recuperação de sentidos já inscritos na história desses enunciados. Como se sabe, tanto no Brasil quanto no exterior, a epidemia de HIV-AIDS, que eclodiu anos de 1980, foi marcada por uma intensa estigmatização social patologizante destinada às relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa postura, amplamente disseminada pelas mídias da época (Ramari; Navarro, 2022), contou ainda com a validação de discursos de instituições governamentais. Tal processo foi responsável por uma política de morte sexualmente distribuída que não apenas, em alguns casos, negou os tratamentos médicos devidos em nome de uma suposta punição moral, já que tratava de uma *peste gay* ou de um *câncer gay*, como também reforçou imaginários sociais e políticos sobre as sexualidades dissidentes, ao ampliar, com isso, o governo discursivo dos corpos e das sexualidades (Foucault, 2021).

Como destaca Silva (2022), esse processo histórico dos discursos sobre as sexualidades não-heterossexuais no Brasil colaborou para que elas fossem vistas como algo *doentio* e *contagioso*. Tal fato se torna ainda mais visível se observamos como as instituições que produzem os marcos discursivos normativos da doença e da saúde, baseados do discurso médico, a exemplo da já citada OMS, colaboram historicamente para a solidificação de enunciados repletos de ideologias coloniais sobre as vivências de gênero e de sexualidades não normativas. Exemplo disso é que, até 1990, a homossexualidade constava entre lista de patologias que assolavam a humanidade, e que até 2018, a transgeneridade figurava entre as patologias psiquiátricas registradas pela organização.

Ainda ligado a sentidos sobre saúde e vacinação, o segundo enunciado objeto da nossa análise foi proferido pelo *youtuber* Marcelo Frazão¹⁰, um grande apoiador midiático do então presidente Bolsonaro. Esse enunciado experimentou ampla divulgação entre grupos bolsonaristas no *WhatsApp*, especialmente porque compunha o arsenal de discursos que buscavam convencer seus participantes de argumentos antivacina no contexto da pandemia de COVID-19. O *youtuber* diz o seguinte sobre a vacina:

Excerto 02

Pauta comunista que tem como objetivo reduzir a população mundial. As pessoas que a tomarem vão passar a ter problemas gravíssimos de saúde. Os filhos e os netos vão ter problemas graves porque ela vai alterar o código genético. Quando seu filho for ter o filho dele, ele vai nascer com problema. O menino pode deixar de ser menino, vai virar menina. A menina deixa de ser menina e vira menino.

A afirmação de Marcelo projeta uma associação mais ou menos explícita entre identidade de gênero e orientação sexual e doenças genéticas, o que aciona repertórios discursivos da extrema-direita que associam demandas por igualdade de gênero e certos tópicos de saúde pública como “pautas comunistas” (Silva, 2022). Ao dizer que a vacina poderia causar a mudança de gênero em crianças, em decorrência de seu efeito colateral, causada pela carga viral contida no medicamento, ele categoriza identidades de gênero não cisgêneras como uma espécie de síndrome genética.

Por um lado, seu enunciado se enreda com outros enunciados transfóbicos que atuam na naturalização de identidades de gênero normativas, pois validam como *saudáveis* os modos de identificação e de vivência de gênero que se desenrolam de modo estável e coerente à imposição médica e cultural desferida sobre o corpo quando do nascimento (Vergueiro, 2018). Por outro lado, seu enunciado atua para posicionar

¹⁰ Youtuber é condenado após associar vacina à homossexualidade. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/youtuber-e-condenado-apos-associar-vacina-a-homossexualidade>. Acesso em: 01 abr. 2024.

identidades de gênero transgêneras, ou mesmo a situação da transição de gênero em si, como condições patológicas, indesejáveis e resultantes de *efeitos colaterais* dos fármacos vacinais, potencialmente degeneradores da *saúde de gênero* de crianças e demais pessoas que eventualmente viessem a se vacinar. Como discutem Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012), o gênero é, então, tomado como uma categoria diagnosticável.

Além do potencial de violência transfóbica na linguagem (Silva, 2019), os enunciados de Frazão colaboram para a produção de um *pânico moral de gênero* com vistas a propagar argumentos falsos sobre a vacinação contra a COVID-19, em um cenário de gravidade sem precedentes para a saúde pública brasileira, o qual levou, até o momento da pesquisa, a 712.038 óbitos¹¹. O potencial de matabilidade dos discursos do *youtuber* bolsonarista, além de violentar a população trans, mobiliza uma sobreposição de discursos coloniais que colaboram também para outras formas de violência e higienização social.

Um exemplo disso é o que mostra o estudo desenvolvido por pesquisadores brasileiros, e publicado na renomada *The Lancet*, em 2022, intitulado *Involvement of political and socio-economic factors in the spatial and temporal dynamics of COVID-19 outcomes in Brazil* (Xavier et al, 2022). O referido trabalho mostra a prevalência de casos de contágio por COVID-19 em regiões do país onde predominaram colégios eleitorais bolsonaristas. Indo além, o estudo aponta o perfil sociodemográfico da disseminação da doença na população brasileira e dos casos de óbito, o qual destaca a prevalência desses fenômenos entre pessoas negras e pobres. Em suma, a violência colonial performada pelos enunciados bolsonaristas analisados atuam, inclusive desde o nível do discurso, no sentido de exterminar aquelas formas de vida encaradas como não-humanas, segundo a matriz subjetiva, ontológica e política que esteve na base do empreendimento moderno/colonial (Quijano, 1999; Lugones, 2020).

Em função desse enunciado, o canal de Frazão foi banido do *YouTube* e ele foi condenado a pagar R\$ 60,6 mil, além de cumprir prestação de serviços públicos, em lugar da pena de 2 anos e 4 meses de reclusão, em razão da condenação pelo crime de homofobia, perpetrada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. O fato é que os enunciados de Marcelo Frazão, ainda que condenados pela Justiça, produzem efeitos subjetivos e encontram ecos em muitos outros enunciados, uma vez que, como tais, o que justifica sua possibilidade de emergência são as formações discursivas e as correlações de força que permitem seu aparecimento em uma dada configuração social e histórica (Foucault, 2014), a qual perdura muito além do tempo de enunciação do seu enunciado em específico.

O terceiro e último enunciado dessa rede, o qual constitui a prática interpretativa deste artigo, foi proferido pelo deputado bolsonarista Rodrigo Amorim (PTB/RJ), que se tornou nacionalmente conhecido ao destruir uma placa em homenagem a Marielle Franco¹², vereadora negra, feminista, bissexual e ativista social do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), executada em 14 de março de 2018, ao sair de uma ação do seu mandato na Casa das Pretas, na cidade do Rio de Janeiro.

¹¹ Conforme dados da plataforma oficial do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 maio 2024.

¹² Deputado bolsonarista que quebrou a placa de Marielle é denunciado por violência política e de gênero. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputado-bolsonarista-que-quebrou-placa-de-marielle-e-denunciado-por-violencia-politica-de-genero/>. Acesso em: 05 nov. 2023.

O enunciado proferido por Rodrigo Amorim foi direcionado à sua colega vereadora Benny Briolly (PSOL/RJ), uma mulher trans, negra e umbandista, durante um debate ocorrido na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), em 17 de maio de 2022¹³.

Excerto 03

Ela faz referência a um vereador homem pois nasceu com pênis e testículos, portanto é homem... O vereador homem de Niterói parece um Belzebu porque é uma aberração da Natureza.

A força da violência colonial exercida por esse enunciado recita a transfobia, dessa vez, ao recorrer a padrões normativos de corporeidade supostamente encarados como fontes essenciais, naturais e diretas da identidade. A menção a estruturas anatomofisiológicas relatadas pelo discurso médico hegemônico como masculinas, e destinadas à reprodução (*pênis e testículos*), são invocados nesse enunciado como índices que atestariam a falsidade da identidade de gênero da vereadora Benny Briolly, o que é reforçado por outros signos, como a manipulação do gênero gramatical para, insistentemente, se referir à vereadora com formas nominais e pronominais socialmente reconhecidas como masculinas. Na literatura sobre linguagem e gênero (Borba; Ostermann, 2008; Silva, 2019), esses expedientes são amplamente registrados como índices linguísticos de deslegitimação das identidades de gênero, ou ainda, como expressão linguística da transfobia, típicas desses discursos.

No enunciado em análise, a violência colonial projetada mostra sua faceta interseccional (Akotirene, 2019), ao mobilizar o racismo religioso como parte do trabalho discursivo empregado para deslegitimar a identidade de gênero assumida pela vereadora. A não conformidade de suas subjetividades com os padrões cisheterossexuais, caucasianos, eurocentrados e cristãos são evidenciadas no enunciado que a convida ocupar um lugar de subalternidade social e desumanização, como expediente simbólico característico da violência linguística (Silva, 2019).

Nesse sentido, ao predicar a vereadora Benny Briolly sob a nomeação de um *demônio* da narrativa religiosa cristã (*Belzebu*), os sentidos da transfobia são interseccionados com a demonização de seu corpo, mas não apenas como aquele que infringiu os códigos anatômicos da cisnormatividade colonial, mas também como aquele que não reconhece a divindade soberana do deus-Homem cristão. Como destaca Sidney Nogueira (2020, p. 77) “o racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta”.

Nesse sentido, a inconformidade de gênero que a torna “uma aberração da Natureza”, segundo um biologismo cristão no qual o deus cristão é autor da natureza e do gênero das pessoas é interseccionado pela violência racial de base religiosa perpetrada contra sujeitos afroreligiosos, os quais, segundo a economia teológica do próprio cristianismo e suas figuras, estariam em oposição ao deus cristão e, por isso, identificados com a figura do *diabo* cristão. Como destaca Nogueira (2020, p. 77), sobre as práticas normativas de poder dos cristianismos, “uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir; ou pode, desde que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal seja reiteradamente fortalecida”.

¹³ Vídeo: “Vereadora é alvo de ofensas transfóbicas de deputado bolsonarista em sessão da Alerj”. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/05/6404021-video-vereadora-e-alvo-de-ofensas-transfobicas-de-deputado-bolsonarista-em-sessao-na-alerj.html>. Acesso em: 02 out. 2023.

No enunciado em análise, a não identificação com a matriz de gênero cisnormativa e com a não reprodução de crenças cristãs são significadas como um desvio humano, isso porque desafiam os marcos ontológicos de produção da *humanidade* fabricados nos empreendimentos coloniais, os quais incluem padrões raciais, religiosos e de gênero, dentre outros. Como mostra Lugones (2020), a categorização binária de gênero estabelecida pelos costumes eurocêntricos infligidos às sociedades originárias da atual América e de África formaram parte do núcleo central de produção, classificação e hierarquização das formas de vida segundo graus distintos de atribuição de humanidade e, assim, de abertura à violência e a morte como expedientes naturalizados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao assumir que o discurso, materializado semioticamente em enunciados, é um construto performativo que funciona segundo quadros social, histórica e culturalmente regulados, este artigo buscou explorar as articulações entre enunciados da extrema-direita brasileira e as normatividades de gênero e de sexualidade fabricadas no empreendimento colonial. Por sua vez, essas normatividades foram aqui entendidas enquanto critérios de classificação racial integrantes do aparato ontológico indispensável para a instauração das múltiplas faces da violência colonial.

As análises realizadas ao longo do trabalho nos permitem argumentar que os enunciados sob escrutínio são produtos de uma matriz cultural muito específica e praticamente ubíqua na sociedade brasileira, aquela centrada na cis-heteronormatividade. Mas, para além disso, a relação de identidade entre esses enunciados aponta para um momento histórico, nem de longe superado, de intensa politização do gênero e da sexualidade, e suas interseccionalidades, por grupos políticos específicos e seus projetos de poder, como é o caso da extrema-direita.

Em última instância, os enunciados analisados repercutem, por meio de expedientes discursivos distintos, valores coloniais sobre gênero, sexualidade e raça, considerando formas outras de existência, que não aquelas da matriz ontológica colonial, como algo do campo da patologia, do contágio, da degeneração ou da demonização. Outro fator relevante dessa dinâmica de circulação de enunciados da extrema-direita é a sua intensa midiaticização e os recursos a efeitos virais *online* como estratégias de ampliação de audiências e de maximização de sua propagação ideológica. Nesse sentido, a construção de modos de resistência às colonialidades e, por consequência, ao projeto político da extrema-direita, passa, sem dúvida, pela desnaturalização de seus discursos. Isso exige uma historicização consistente de seus enunciados e uma explicitação política das redes de significação violentas que eles estabelecem na história colonial (dos enunciados) que formam o nosso país.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES CEPÊDA, V. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, v. 23, n. 2, p. 40–74, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n2p40>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801>. Acesso em: 6 jul. 2024.



BATAILLE, G. **O erotismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BATISTA, T. E. P. Intersecções entre ideologias linguísticas e raciolinguísticas na manutenção de hierarquias raciais. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 1, p. 82-95, jan./abr., 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103181395662215202103>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661799>. Acesso em: 23 maio. 2024.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio/ago., 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200017>. Acesso em: 23 maio. 2024.

BLOMMAERT, J. **Discourse**. Cambridge: Routledge, 2005.

BOAVENTURA, J. C. S. **Suburbanos e farofeiros em trânsito**: entre a fricção e a (re)construção textual de subjetividades fora do lugar. 2018. Tese. (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BORBA, R.; OSTERMANN, A. C. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. **Rev. Estud. Fem**, v. 16, n. 2, p. 409-432, ago., 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200006>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200006/8753>. Acesso em: 23 maio. 2024.

BOITO-JÚNIOR, A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, v. 34, n. 1, p. 1-23, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.35578>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35578/24872>. Acesso em: 23 maio. 2024.

BORGES, R. C. S.; MELO, G. C. V. Quando a raça e o gênero estão em questão: embates discursivos em rede social. **Rev. Estud. Fem**, v. 27, n. 2, p. 2-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254727>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n254727>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. "Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia". In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**, v. 2. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008. p. 82-118.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Lamparina, 2022.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 10 abr. 2024.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 51 – 81.

MACHADO, R. **Foucault**: a ciência e o saber. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

MIGNOLO, W. D. Desobediência Epistêmica, Pensamento Independente e Liberdade Decolonial. Tradução: Isabella Veiga. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v16i1.78142>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78142>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/7719>. Acesso em: 02 abr. 2024.

MOITA LOPES, L. P. Pesquisa interpretativista em lingüística aplicada: a linguagem como condição e solução. **DELTA**, v. 10, n. 2, p. 329-339, 1994. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45412>. Acesso em: 02 abr. 2024.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. F. Por uma 'proximidade crítica' nos estudos em Linguística Aplicada. **Calidoscópico**, v. 17, n. 4, p. 711-723, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4013/cld.2019.174.03>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2019.174.03>. Acesso em: 02 abr. 2024.

MOREIRA JÚNIOR, R. S. M.; IFA, S. Práticas discursivas de colonialidade no aplicativo Grindr: a masculinidade homoerótica patologizada. **Entrepalavras**, v. 11, n. 3, p. 255-276, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-32149>. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/2149>. Acesso em: 15 maio 2024.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RAMARI, T. H.; NAVARRO, P. Discurso e HIV/Aids: uma análise de manchetes das revistas brasileiras Veja e Galileu sob a perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault. **Diálogo das Letras**, v. 11, p. 1-18, e02210, 2022. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/3954/3353>. Acesso em: 02 abr. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Dispositivo**, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41491587>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SILVA, D. The pragmatics of chaos: parsing bolsonaro's undemocratic language. **Trab. Ling. Aplic**, v. 59, n. 1, p. 507-537, jan./abr. 2020.

DOI: <https://doi.org/10.1590/01031813685291420200409>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8659107/22458>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SILVA, D. S. da. LGBT (Q de Queiroz): deslizamentos de sentido em efeitos metafóricos no discurso do deputado Eduardo Bolsonaro no Twitter. **Diálogo das Letras**, v. 9, p. 1-16, e02022, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/2491/2291>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SILVA, D. C. P. **Quando dizer é violentar**: violência linguística e transfobia em comentários online. Editora Devires: Salvador, 2019.

SILVA, D. C. P. **A linguagem contra a democracia**: registros discursivos antigênero na política do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2022. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

TEIXEIRA, T. **Decolonizar valores**: ética e diferença. Salvador: Devires, 2021.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERGUEIRO, V. **Sou travestis**: estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial. Brasília: Padê Editorial, 2018.

XAVIER, D. R.; *et al.* Involvement of political and socio-economic factors in the spatial and temporal dynamics of COVID-19 outcomes in Brazil: A population-based study. **The Lancet Regional Health–Americas**, v. 10, n. 1, p. 1-16, jun. 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100221>. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(22\)00038-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00038-2/fulltext).

Acesso em: 02 abr. 2024.

Artigo recebido em: 25/05/2024
Artigo aprovado em: 17/06/2024
Artigo publicado em: 09/07/2024

COMO CITAR

ASSIS, L. S. de; SILVA, D. da C. P. Discursos coloniais sobre gênero e sexualidade em enunciados da extrema-direita brasileira. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 13, p. 1-17, e02415, 2024.